

Da Revolução de Outubro ao ecocomunismo no século XXI*

MICHAEL LÖWY

A Revolução de Outubro de 1917 abriu um horizonte emancipador que não se esgotou, apesar das traições, decepções e a brutal restauração capitalista. Podemos aplicar à Revolução Russa o que Kant escreveu em 1798 sobre a Revolução Francesa:

Um tal fenômeno na história da humanidade, nunca será esquecido [...]. Ainda que a finalidade para a qual esse evento aspirava não tenha sido implementada até hoje, mesmo que a Revolução tenha fracassado, [...] sua profecia filosófica não perdeu a força. Porque esse evento é muito importante e por demais misturado aos interesses da humanidade e sua influência, bastante ampla em todas as partes do mundo para que não volte à memória das pessoas, durante ocasiões de circunstâncias favoráveis e na retomada de novas tentativas desse tipo.¹

Os projetos alternativos do século XXI não partiram do zero; antes, podem se apoiar nas grandes realizações do Outubro Vermelho. A Revolução Russa nos ensina que, para mudar a sociedade, é necessário romper com o capitalismo, estabelecer a propriedade coletiva dos grandes meios de produção e organizar o planejamento da atividade econômica. Isso não significa que não houve limitações, problemas e contradições, mesmo nos primeiros tempos heroicos do poder so-

* Tradução de Graziela Naclério Forte. (N. E.)

¹ Immanuel Kant, *El conflicto de las facultades* (Buenos Aires, Losada, 2004).

viético. Em seu livro *A Revolução Russa* (1918), escrito numa prisão alemã, Rosa Luxemburgo se solidarizava com os bolcheviques, “que salvaram a honra do socialismo internacional”², mas criticava várias de suas orientações e decisões práticas. Algumas dessas críticas – sobre a questão nacional e a distribuição de terras aos camponeses, por exemplo – são bastante discutíveis, mas outras, especialmente aquelas sobre a democracia e a liberdade de expressão, são profundamente corretas. Com intuição profética, Rosa Luxemburgo alertou que o fim da democracia e das liberdades dos soviéticos levaria à burocratização e à ditadura. O triunfo da burocracia stalinista, a partir de 1924, é a trágica confirmação dessa correta constatação.

Os revolucionários e comunistas do século XXI não podem, entretanto, limitar-se a retomar os grandes princípios de Outubro de 1917 numa versão mais democrática e libertária. Novos problemas surgiram sem terem sido previstos por Lenin ou Trotski, ou mesmo por Rosa Luxemburgo, apesar de sua sensibilidade natural. Imprevistos e imprevisíveis, entre esses problemas que surgiram entre 1917-1923, a questão ecológica é, talvez, a mais importante para uma reformulação em nossa época do programa revolucionário. Necessitamos de um projeto comunista alternativo, devendo incluir, de forma central, a relação das sociedades humanas com o meio ambiente e a natureza. O marxismo revolucionário é um pensamento e uma prática no processo permanente de transformação, reformulação e desenvolvimento. Limitar-se a repetir de maneira dogmática e mecânica os escritos de Marx ou de Trotski, ou mesmo copiar as experiências revolucionárias do passado, é um beco sem saída. O próprio Marx nos dá a lição que transformou profundamente suas concepções acerca do Estado ou o processo histórico em função de novas experiências como a Comuna de Paris, de 1871.

A crise ecológica gerada pelo sistema capitalista abriu em nosso tempo uma situação inédita, que os revolucionários têm de levar em conta. A Hidra capitalista, como dizem nossos companheiros zapatistas, é a responsável direta pela maior ameaça que a humanidade já conheceu: a destruição do equilíbrio ecológico e, em particular, as alterações climáticas, como o aquecimento global. Esse é um processo nefasto que já começou e que poderá levar, nas próximas décadas, a uma catástrofe sem precedentes na história como resultado do aumento da

² Idem.

temperatura, incluindo a desertificação do solo, o desaparecimento da água potável, e a multiplicação de incêndios florestais e furacões, além do aumento do nível do mar até que Londres, Amsterdã, Veneza, Xangai, Rio de Janeiro e outras cidades litorâneas fiquem debaixo d'água.

Como escrevia Daniel Bensaïd, o veredicto da natureza contra o capital é impietoso: “em relação aos regulamentos da biosfera, a racionalidade parcial do mercado depende do preço de uma irracionalidade global crescente”. Existe, pois, um conflito irreduzível entre a temporalidade ecológica e temporalidade do mercado³.

A raiz do mal é sistêmica, e a causa do desastre é o capital, com a sua dinâmica de expansão infinita e produção e consumo desenfreados. Precisamos, portanto, de projetos alternativos radicais, que sejam capazes de ir à raiz do problema. Ou seja, alternativas anticapitalistas, antissistêmicas, que atinjam o coração da maléfica Hidra.

O ecossocialismo ou ecocomunismo, de acordo com a terminologia proposta por Daniel Bensaïd, é uma proposta alternativa radical que resulta da convergência entre o pensamento ecológico e a reflexão socialista (marxista). Sua premissa fundamental é que a preservação de um ambiente natural favorável à vida no planeta revela-se incompatível com a lógica expansionista e destruidora do sistema capitalista. Não se pode salvar o equilíbrio ecológico fundamental do planeta sem atacar o sistema, não se pode separar a luta em defesa da natureza do combate pela transformação da sociedade.

Existe hoje uma corrente ecossocialista internacional que, por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém, ocorrido em janeiro de 2009, publicou uma declaração sobre as alterações climáticas assinada por centenas de pessoas, oriundas de dezenas de países. Entre seus precursores estão figuras como o espanhol Manuel Sacristan, o inglês Raymond Williams, o francês André Gorz e o estadunidense James O'Connor; entre seus representantes atuais estão os estadunidenses Joel Kovel, coautor do *Manifesto ecossocialista internacional* e o ecologista marxista John Bellamy Foster, o indigenista peruano Hugo Blanco, a ecofeminista canadense Terisa Turner, o marxista belga Daniel Tanuro e muitos outros.

O ecocomunismo se dissocia dos modelos inoperantes: 1) a ecologia conformista, que adapta suas propostas ao mercado e busca desenvolver um “capitalismo verde”, uma ilusão nefasta ou, em muitos casos,

³ Daniel Bensaïd, *Le sourire du spectre. Nouvel esprit du communisme* (Paris, Michalon, 2000), p. 128-30. Aqui em tradução livre.

uma mistificação; e 2) o pretensão “socialismo realmente existente” (da falida União Soviética, China etc.), uma caricatura burocrática do socialismo baseada em uma imitação servil do aparato técnico capitalista e um produtivismo antiecológico tão destruidor da natureza quanto seu equivalente ocidental.

Muitos ambientalistas criticam Marx por considerá-lo um produtivista. Tal crítica nos parece completamente equivocada: ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria é justamente Marx quem faz a crítica mais radical à lógica produtiva do capitalismo, isto é, a ideia de que a produção cada vez maior de mercadorias é o objetivo principal da economia e da sociedade.

O objetivo do socialismo, segundo Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas sim reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar da vida política, estudar, jogar, amar. Portanto, Marx apresenta as armas para uma crítica radical do produtivismo e, notadamente, do produtivismo capitalista. No Livro I de *O capital*, ele explica como o capitalismo esgota não só as forças do trabalhador, mas também as forças da terra, acabando com as riquezas naturais*. Embora essa perspectiva, essa sensibilidade, esteja presente nos escritos de Marx, não foi suficientemente desenvolvida.

É verdade, no entanto, que muitos marxistas consideram que a tarefa de uma revolução seja unicamente mudar as relações de produção que se converteram em dificuldades para o desenvolvimento das forças produtivas. Na opinião dos ecosocialistas, contudo, é necessária uma visão muito mais radical e profunda do que deve ser uma revolução socialista. Trata-se de transformar não somente as relações de produção e as relações de propriedade, mas também a própria estrutura das forças produtivas, isto é, a estrutura do aparato produtivo. Deve-se aplicar ao aparato produtivo a mesma lógica que Marx pensava para o aparato de Estado a partir da experiência da Comuna de Paris, quando observou que os trabalhadores não poderiam se apropriar do aparato do Estado burguês e usá-lo a serviço do proletariado; isto não é possível porque o aparato do Estado burguês nunca estará a serviço dos trabalhadores. Trata-se, pois, de destruir esse aparato de Estado e criar outro tipo de poder*.

* Ver Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013), p. 573-4. (N. E.)

* Idem, *A guerra civil na França* (São Paulo, Boitempo, 2011), p. 169. (N. E.)

Essa lógica também tem de ser aplicada ao aparelho produtivo, que não deve ser destruído, mas transformado radicalmente. Isso simplesmente não pode ser apropriado pelas classes subalternas e colocado a seu serviço porque, antes, precisa ser estruturalmente modificado. Como exemplo, o sistema produtivo capitalista opera na base de combustíveis fósseis, carvão e petróleo, responsáveis pelo aquecimento global, de modo que um processo de transição para o socialismo só seria possível se houvesse a substituição dessas fontes de energia por energias renováveis, como água, vento e, acima de tudo, energia solar.

Portanto, o ecocomunismo implica uma revolução no processo de produção e das fontes de energia. É impossível separar a ideia de comunismo – ou seja, de uma nova sociedade – da ideia de novas fontes de energia, como a do sol, particularmente – algumas ecocomunistas chegam a falar de “comunismo solar” ; por causa do calor, a energia do sol e o comunismo teriam uma espécie de afinidade eletiva.

Tampouco basta transformar o aparato produtivo e os modelos de propriedade; é necessário transformar o padrão de consumo e todo o modo de vida consumista, que é o padrão do capitalismo baseado na produção em massa de objetos artificiais, inúteis e perigosos. Trata-se, assim, de criar um novo modo de consumo e de um novo modo de vida, baseado na satisfação das necessidades sociais reais, algo completamente distinto das supostas necessidades falsas produzidas artificialmente pela propaganda capitalista. A partir daí é possível pensar a revolução ecossocialista como uma revolução da vida cotidiana, como uma revolução, enfim, para a libertação da cultura do dinheiro imposta pelo capitalismo.

A reorganização de todo o modo de produção e de consumo é necessária, devendo se basear em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isso significa uma economia em transição para o socialismo, em que a própria população – e não as “leis de mercado” ou um birô político autoritário – decidem as prioridades e os investimentos dentro do processo de planejamento democrático.

Essa transição levaria não só a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um modo de vida alternativo, uma nova civilização ecossocialista além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção infinita de mercadorias inúteis. O *buen vivir* da tradição indígena das Américas é uma importante fonte de inspiração para essa alternativa.

O ecocomunismo não é somente a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização da solidariedade – no sentido mais profundo da palavra, solidariedade entre os seres humanos e também com a natureza –, mas é igualmente uma estratégia de luta aqui e agora. Não se trata de esperar até o dia em que o mundo se transforme, mas começar agora a luta por esses objetivos. Os indígenas da América Latina, desde as comunidades andinas do Peru até as montanhas de Chiapas, estão na linha de frente dessa batalha em defesa da Mãe Terra, da *Pachamama*, e contra a Hidra capitalista.

Assim, o ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais, das lutas ambientais, das lutas de classes, das lutas ecológicas, das lutas indígenas, das lutas das mulheres contra o inimigo comum que são as multinacionais do petróleo e da mineração, o neoliberalismo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o imperialismo estadunidense, o capital financeiro globalizado. Essas são algumas das cabeças da Hidra, que é o inimigo comum dos povos do mundo inteiro.

Levar adiante essa luta é a melhor homenagem que podemos render aos revolucionários de Outubro de 1917.



Guerra e revolução

O mundo um século após Outubro de 1917

Domenico Losurdo

Tradução: Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira

ISBN: 978-85-7559-546-6

400 páginas

Ano: 2017

Neste denso e original balanço das revoltas modernas, o pensador italiano Domenico Losurdo identifica e recrimina uma tendência reacionária que tem crescido entre historiadores contemporâneos: o revisionismo. Articulando com maestria categorias filosóficas e políticas como guerra civil internacional, revolução, totalitarismo e genocídio, o autor demonstra como as reais motivações dos revisionistas pouco têm a ver com o esforço para um melhor entendimento do passado; antes, baseiam-se nas circunstâncias do presente e nas necessidades ideológicas das classes políticas. O revisionismo histórico quer erradicar a tradição revolucionária e reabilitar a tradição colonial. Em contrapartida, Losurdo oferece ao leitor uma nova perspectiva do século XX.

